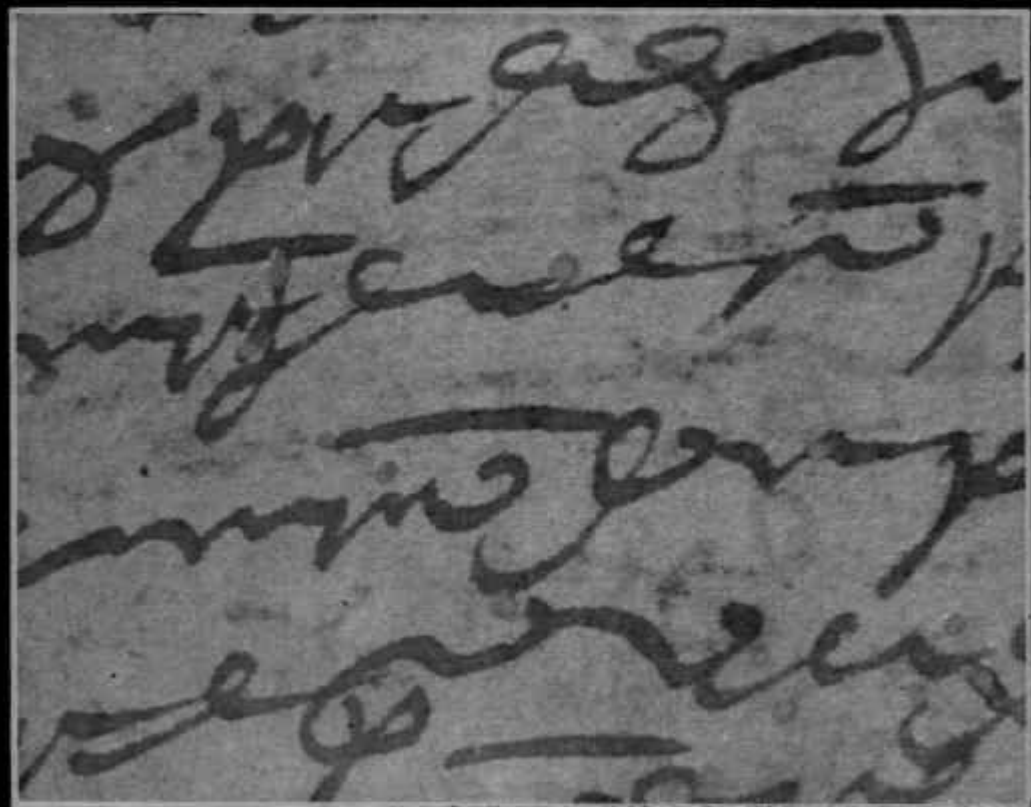

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



Formas de interação entre os arquivos estaduais e outras instituições culturais

Cecília Maria Westphalen
Universidade Federal do Paraná

A temática proposta apresenta uma dupla face: a interação entre arquivos estaduais e instituições culturais diversas e a interação entre instituições culturais e arquivos estaduais — ou seja, o que têm feito os arquivos estaduais e o que eles ainda podem fazer em seu relacionamento com outras instituições culturais e, vice-versa, o que estas instituições têm feito e o que podem fazer para seu eficaz relacionamento com os arquivos estaduais.

Para entender essa problemática, deve-se ressaltar, primeiramente, que “os laços que unem, nos arquivos, os domínios da administração, da história e da cultura encontram-se em todos os níveis do trabalho arquivístico”; portanto, deve ser considerado o peso relativo desses três domínios: administração, história e cultura.¹

Desse modo, é preciso compreender, no que tange às funções dos arquivos estaduais, que, além de sua missão tradicional de servir aos interesses da administração, às consultas do setor especializado da pesquisa histórica, erudita ou profissional, eles devem tornar-se verdadeiros *espaços culturais*.² É preciso entender que os arquivos desempenham um triplice papel: administrativo, histórico e cultural.

Os arquivos estaduais devem, assim, tratar da massa de processos administrativos que os constituem, para suprir as necessidades de informação por parte dos agentes administrativos. Por outro lado, constituem fontes essenciais para a pesquisa histórica, donde sua importante função como veículo de *conhecimento* científico ou testemunho histórico. Mais além, os arquivos encerram a experiência da comunidade, em sua maneira de ser, de sentir, de pensar, de agir, enfim, sua cultura, daí seu caráter e seu papel de *patrimônio* cultural.

Portanto, a partir dos laços que integram os arquivos sob o ponto de vista administrativo, histórico e cultural é que devem ser considerados os modos de interação entre os arquivos estaduais e outras instituições culturais. A título de exemplo, jamais exaustivo, serão indicadas algumas formas possíveis e práticas de interação, privilegiando-se, particularmente, o relacionamento entre os arquivos estaduais e as universidades.

1. Françoise Hâdesbeimer, *Les archives... Pourquoi? Comment?* (Paris, Les Éditions de l'Érudit, 1984), p. 22.

2. Idem, *ib.*

Nos limites deste trabalho e tendo em vista sua temática, salienta-se também, no tocante à custódia arquivística, a função sistêmica do Arquivo Nacional e dos arquivos estaduais. Trata-se de uma compreensão indispensável para que se possa perceber com clareza as exigências da ação nuclear que esses arquivos devem cumprir em relação aos demais.

A partir do exemplo citado e tentando englobar a dupla face da temática proposta, pela qual se verificará que muita coisa tem sido feita pelos arquivos já conscientizados de seu papel de espaço cultural, sugere-se que sejam firmados convênios entre os arquivos estaduais e as universidades de sua região, com o objetivo, por exemplo, de serem efetuados projetos comuns de pesquisa científica ou mesmo exploratória.

Neste último caso, seria de grande interesse a realização do levantamento e cadastramento dos arquivos existentes em cada estado, com indicação, ao menos sumária, de seus acervos. As universidades dispõem de metodologia, recursos humanos (professores e estudantes) e centros de processamento de dados. Uma alternativa, ou também para trabalho conjunto, seria a utilização de um dos programas da Fundação Projeto Rondon. O arquivo estadual estaria, assim, melhor preparado para levar a efeito sua ação como órgão central do sistema estadual de arquivos, ao passo que as universidades disporiam de maior informação para suas atividades de pesquisa, não só de caráter histórico, mas de qualquer natureza.

Os arquivos estaduais deveriam abrir suas instalações para a apresentação periódica dos resultados dos trabalhos efetuados com base nos materiais sob sua custódia. Acredita-se que os pesquisadores veriam com agrado tais oportunidades e, ao mesmo tempo, os arquivistas conheceriam melhor seus usuários, bem como o produto final de muitos dos esforços anônimos em seu trabalho cotidiano.

Poderiam, também, promover palestras para seus usuários, nas quais seriam demonstrados os resultados recentes da atividade especializada no arranjo e organização do arquivo, tais como meios de busca, repertórios e outros. Os usuários, em especial os universitários, teriam oportunidade de conhecer melhor não só o arquivo, mas sobretudo seus arquivistas. Além disso, a promoção de reuniões, com a presença de usuários e dos responsáveis pelos arquivos locais, proporcionaria um conhecimento recíproco e a troca de experiências.

Palestras e reuniões têm caráter informativo, mas principalmente educativo. Critica-se muito a fragilidade da formação e a improvisação profissional de grande parte dos servidores de arquivos, a começar pelos próprios diretores. Por outro lado, contudo, deve-se apontar a superficialidade e a inconsistência até mesmo dos universitários que se dirigem aos arquivos.

Se os arquivos estão incumbidos de elaborar com urgência seus principais meios de busca, que permitam ao usuário segurança no sentido de obter a informação, é preciso insistir na necessidade da preparação dos pesquisadores para a frequência aos arquivos. Universitários que não sabem pedir, não sabem o que desejam e pensam que o arquivista é um auxiliar subalterno, precisam ser educados pela informação e conhecimento do trabalho superior ali desenvolvido.

Outra forma de colaboração entre os arquivos estaduais e as instituições culturais, sobretudo de caráter histórico, é a discussão técnica sobre problemas de interesse comum. Um dos pontos capitais dos arquivos diz respeito ao acesso à documentação, garantido não só pelos princípios arquivísticos, mas também pelo direito democrático do cidadão à informação. Assim, a adoção pelos arquivos estaduais de tabelas de temporalidade deve ser precedida de ampla discussão técnica e crítica com historiadores e outros especialistas da comunidade. Este é um exemplo de colaboração que pode ser multiplicado institucionalmente.

A fim de se atingir um público mais amplo, deve-se pensar na realização periódica de exposições do material dos arquivos estaduais, não apenas em seus recintos, mas sobretudo externas, itinerantes, em visita a colégios e escolas, apresentando documentos que motivem o interesse dos jovens. Eles precisam ser conquistados para a causa da preservação das fontes para a história do Brasil e, de modo geral, dos bens culturais.

Sob este aspecto, é necessário esclarecer e firmar posições. Se crianças e jovens devem ser levados aos arquivos para visitar suas instalações e conhecer seu acervo, para ver suas exposições ou assistir a atos culturais, todavia é preciso estar alerta quanto ao perigo de atividades ditas de pesquisa, solicitadas por professores despreparados, cujos alunos de primeiro e segundo graus têm de freqüentar os arquivos locais e manusear fontes primárias, muitas vezes sozinhos, sem a presença do próprio professor e sem a assistência de funcionários, quase sempre escassos ou inexistentes. Há inúmeras notícias de danos e perdas irreparáveis advindas dessa prática abusiva.

Um excelente meio de interação poderia ser a elaboração de um projeto permanente de estágio de universitários — estudantes de história, documentação, biblioteconomia e outros — nos arquivos estaduais, com programas bem definidos, incluídos regularmente na creditação acadêmica. Dessa forma, receberiam um certo treinamento e a necessária conscientização arquivística, além de poderem prestar serviços compatíveis com sua formação.

O grande instrumento de comunicação externa dos arquivos é constituído, sem dúvida, por suas publicações, nas quais devem constar partes substantivas de seu acervo, escolhidas com rigor técnico e científico pelos arquivistas e seus assessores nas diversas áreas. Atualmente, quase todas as universidades e secretarias de cultura possuem programas de editoração. Não seria difícil, portanto, a inclusão regular de publicações dos arquivos estaduais.

Também seria interessante que, regularmente, os arquivos estaduais encaminhassem notícias sobre sua vida e seu acervo às revistas de história, de administração e culturais, publicadas nos respectivos estados, tais como o *Boletim* do Instituto Histórico e Geográfico do Estado ou a revista *Ciência e cultura*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de circulação nacional.

O intercâmbio com as sociedades científicas é indispensável, seja pela troca de publicações, como o boletim do arquivo, seja pela presença dos arquivistas em suas reuniões. É desnecessário mencionar a Associação Brasileira de Arquivistas, mas não se pode esquecer da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica que, nas oito reuniões anuais já realizadas, incluiu painéis específicos para a situação dos arquivos estaduais, com seus arquivistas.

Todas essas formas de interação entre arquivos estaduais e instituições culturais, embora resultem da iniciativa e do entusiasmo de algumas pessoas, devem, no entanto, ser institucionalizadas mediante acordos e convênios, a fim de que seja minimizado o risco de flutuações no desempenho dos arquivos como espaço cultural. Tal medida estende-se também às instituições, para que seu atendimento aos arquivos estaduais não seja meramente eventual.

Observa-se muitas vezes, graças ao dinamismo de um diretor ou de algum usuário, a ocorrência de eventos diversos; porém, com sua mudança ou distanciamento, cessa toda a atividade, retornando-se aos prolongados hiatos anteriores. Assim, embora possam parecer entraves burocráticos dispensáveis, tais acordos e convênios institucionais são fundamentais.

Essa intermitência, ou seja, a ausência de continuidade na ação positiva, é um mal devastador em todos os âmbitos da educação e da cultura, mas é particularmente corrosiva quando se trata de arquivos, pois os períodos de esquecimento e de penumbra têm sido, por todo o país, mais frequentes e prolongados do que os de realizações em favor dos arquivos e, por meio deles, das comunidades a que servem.

Esta comunicação, finalmente, chama a atenção para dois problemas importantes e urgentes, que só poderão ser devidamente equacionados a partir da óptica da interação entre os arquivos e as instituições culturais, sobretudo as universidades.

As possibilidades de realização de estágios programados de universitários nos arquivos estaduais, de troca de informações etc. já foram tratadas aqui. Agora, porém, é preciso referir o problema da formação específica, de nível superior, dos arquivistas brasileiros.

É notória a carência de profissionais diplomados na área da arquivística. Por outro lado, também é notória a estreiteza do mercado de trabalho em relação a esses profissionais. Aparente contradição. Considerando-se a perspectiva do desenvolvimento econômico-social do país, os arquivistas constituem uma força de trabalho de inestimável valor, indispensável a uma sociedade que se pretenda desenvolvida. Basta lembrar que os arquivistas são os artífices da organização e da sistematização da informação sobre o passado, sobre o presente e mesmo sobre o futuro.

Assim, é preciso repensar com lucidez sobre o problema da formação profissional dos arquivistas de que o Brasil necessita, para os arquivos de qualquer idade. A partir das realidades e das vivências dos arquivos estaduais e municipais (de prefeituras, câmaras, cartórios, eclesiásticos, sobretudo), arquivos e universidades poderiam provocar e manter uma discussão aberta sobre conveniências e inconveniências do formato acadêmico até aqui adotado, dos currículos observados, enfim, de soluções equacionadas.

Por último, chama-se a atenção para a contribuição que as universidades poderiam dar aos arquivos: a do preparo técnico de sua modernização.

Os arquivos, tais como ainda os entendemos — repositórios de papéis diversos, plantas, mapas, desenhos, fotografias etc. — referem-se, de fato, ao passado. O futuro, contudo, avança para nós e, de certa maneira, já se tornou o presente como, por exemplo, o campo da informática.

Em nosso país, diante das inúmeras carências existentes em matéria arquivística, é um tanto utópico pensar, mesmo a longo prazo, na modernização dos arquivos por meio de uma ampla introdução do processamento eletrônico de seus serviços. Por outro lado, torna-se imperioso prever e planejar de forma moderna os arquivos do futuro.

Os arquivistas do futuro, os historiadores do futuro lidarão com arquivos de outra natureza, constituídos, por exemplo, de programas, sistemas, discos, memórias e relatórios de computadores. Sua utilização, mesmo no Brasil, começa a ser cotidiana e corrente, quer nos setores privados, quer nos serviços públicos, e dentro de pouco tempo o material produzido será, necessariamente, objeto de arquivamento. Onde e como fazê-lo? É uma discussão que precisa ser encaminhada no país, com vistas à organização técnica dos arquivos do futuro.

Neste sentido, as universidades e os arquivos — aquelas como criadoras de conhecimento; estes, como instituições formais de custódia documentária de toda natureza — podem e devem iniciar programas de colaboração.

É preciso não repetir o que se fez com os arquivos tradicionais do passado; não se pode deixar que o caos seja implantado nos arquivos do futuro, para depois se tentar organizá-los. Este é um compromisso que a geração que assiste à entrada dos computadores nos próprios lares não pode deixar de atender.

Não se deve pensar que é cedo para tais preocupações. Pelo contrário, é crescente o número de bancos de dados, bem como a quantidade de máquinas em operação.

De qualquer modo, é preciso planejar a fim de prevenir o curso futuro dos acontecimentos. "Planejar é tomar decisões antes de surgida a situação face à qual a decisão deverá ser efetivada", segundo Ackoff.

Com o objetivo de discernir possibilidades e formas de interação entre arquivos estaduais e outras instituições culturais, é conveniente discutir a realidade presente, mas é necessário, também, que se procure prevenir o futuro para que ele não se realize com a rotina das atuais carências — inclusive, a da falta de diálogo e comunicação entre arquivos, universidades e instituições culturais, de modo geral.

Abstract:

Considering the importance of the interaction between the state archives and varied cultural institutions, the authoress suggests several possible ways of interaction, pointing out the relationship between the state archives and the universities.

Résumé:

L'auteur suggère, tout en mettant en évidence l'importance d'une plus grande intégration entre les archives départementales et d'autres institutions culturelles, quelques possibilités de formes et de pratiques d'interaction, en privilégiant, particulièrement, le relationnement entre les archives départementales et les universités.